



oi FUTURO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2024



Há 23 anos, o Oi Futuro - instituto de inovação e criatividade para impacto social - é responsável pelo investimento social privado da Oi. Por meio de sua atuação, a companhia reforça o seu compromisso com a construção de uma sociedade mais diversa e equitativa, alinhando-se à agenda ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU. Constituído legalmente como uma Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), o Oi Futuro desenvolve programas e projetos nas áreas de Cultura, Educação e Inovação Social.

Em 2024, o instituto seguiu seu propósito de conectar e impulsionar pessoas, ideias e organizações, inovando e criando novas possibilidades de futuros para todos e todas, por meio do estímulo à inovação e ao uso criativo das novas tecnologias digitais.

Ao longo do último ano, o Oi Futuro expandiu e consolidou sua estratégia de sustentabilidade baseada na diversificação de investimento para manutenção e inovação dos seus principais programas. Como resultado, o instituto recebeu novos parceiros investidores com objetivo de construir uma aliança de longo prazo em torno das frentes de educação e de cultura, especialmente o programa NAVE e o centro cultural Futuros - Arte e Tecnologia.

CULTURA

Em 2024, o instituto reafirmou seu compromisso com o estímulo à ampla participação social na produção, inovação e fruição da arte e da cultura. Sua estratégia é ancorada no Futuros - Arte e Tecnologia, centro cultural no Rio de Janeiro, que irradia ações e projetos para o Brasil inteiro por meio de parcerias e colaborações com diferentes atores do ecossistema cultural.

Nesse ano, foi lançado o Novo Plano Museológico do Musehum - Museu das Comunicações e Humanidades, que investiga o impacto das tecnologias de comunicação nas relações humanas, a partir do acervo brasileiro desde o século XIX até as tecnologias emergentes, fenômenos contemporâneos e novos comportamentos. O Musehum é museu localizado dentro do centro cultural Futuros - Arte e Tecnologia, no Rio de Janeiro, com entrada e programação educativa gratuita. Em dezembro, foi inaugurada a instalação artística "Futuros Plurais", que introduz ao público os novos eixos de pesquisa e conteúdo do museu: letramento midiático, inteligência artificial, decolonização tecnológica e comunicação para sustentabilidade.

Ao longo do último ano, o Musehum recebeu 241 instituições públicas e privadas, oferecendo gratuitamente mais de 60 ônibus gratuitos para escolas públicas. Durante o ano, o Programa Educativo atendeu mais de 7.900 pessoas em visitas mediadas e realizou 18 estações educativas com temas ligados ao museu. Os novos lançamentos e o Programa Educativo foram apoiados via Lei Federal de Incentivo à Cultura - Rouanet.

Com galerias e teatro, o centro cultural Futuros - Arte e Tecnologia é voltado para a interseção da arte, ciência e tecnologia, apresentando questões sobre o futuro sob perspectivas plurais. Em 2024, o espaço cultural recebeu 88 mil pessoas e envolveu uma comunidade de cerca de 100 artistas nacionais e internacionais.

A programação do centro cultural foi realizada por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura e da Lei Estadual de Incentivo à Cultura do Estado do Rio de Janeiro, além da realização de parcerias diretas com artistas, produtores e outras instituições como o Consulado Geral da Bélgica no Rio de Janeiro, a Firjan Sesi, Observatório de Favelas, Redes da Maré, Zucca Produções e Instituto Memória Musical Brasileira, entre outros.

Entre as exposições, estiveram em cartaz no Futuros "Casa Comum", que trouxe ao espaço um manifesto que transita entre uma Amazônia de florestas, cidades e rios, abordando ancestralidade, presente e futuro; "Existência Numérica - Emergências", que explorou dados como meio artístico para abordar as mudanças climáticas e a valorização da ciência; e "Nós - Arte e Ciência por Mulheres", dedicada a enaltecer o protagonismo feminino ao longo da História.

EDUCAÇÃO

Na área de Educação, fruto de convênio público entre a Oi, o Oi Futuro e os governos estaduais de Pernambuco e Rio de Janeiro, o Programa NAVE (Núcleo Avançado em Educação) completou 18 anos. Presente em duas escolas públicas estaduais de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica no Rio de Janeiro e em Pernambuco, o programa formou 269 jovens nos cursos técnicos de Programação de Jogos Digitais e Multimídia, totalizando mais de 4.100 estudantes formados desde 2008 pelas duas escolas do programa.

Um levantamento realizado em julho de 2024 com os egressos do NAVE formados em 2023 revelou que 79% ingressaram no Ensino Superior, contra apenas 37,4% da média brasileira e 22% dos seus responsáveis. Dos 21% que não ingressaram, 50% já estão no mercado de trabalho. Entre todos os egressos, 41% já têm renda individual a partir de 2 salários mínimos, no ano seguinte de formação, após a conclusão do Ensino Médio. Os dados reafirmam a eficácia e impacto social do Programa NAVE.

Em 2024, respondendo às tendências e às demandas do mercado de trabalho, o Oi Futuro também realizou uma atualização de matriz curricular do NAVE, ao adicionar à trajetória estudantil uma trilha voltada à formação de profissionais *Full Stack* no curso de Programação de Jogos Digitais. Com esse movimento, apoiado pelo Instituto Telles (hoje, Instituto Apis), o instituto almeja tornar a formação técnica do NAVE ainda mais aderente às novas economias digitais, ampliando a empregabilidade dos estudantes formados pelo programa.

Para multiplicar o impacto do NAVE, atingindo outras escolas das redes públicas e privadas com suas metodologias, o instituto disponibiliza uma plataforma EAD para formação continuada gratuita de educadores, a Órbita. Em 2024, a plataforma ganhou um novo curso, "Robótica Codificada: Introdução à Programação Visual", que já registrou mais de 600 inscritos desde seu lançamento.

Em 2024, o instituto firmou termo de cooperação com o Consed (Conselho Nacional de Secretarias de Educação) para oferecer cursos exclusivos da plataforma Órbita a educadores da rede pública do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A parceria contou com a adesão inicial de dez estados, e já soma mais de 1,2mil professores inscritos no curso de Cultura Digital para Educação Criativa.

Outro marco do ano foi o lançamento do projeto NAVE em Órbita, patrocinado pela SulAmérica, Rede D'Or, Bemobi e Vinci Partners, por meio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura do Rio de Janeiro, com oferta de cursos gratuitos sobre criação de games para estudantes de escolas públicas a partir de 13 anos. O projeto desperta nos jovens e adolescentes a possibilidade de capacitação em programação e desenvolvimento de games como um caminho profissional promissor. Apenas no segundo semestre, o NAVE em Órbita beneficiou 55 alunos de escolas públicas do município do Rio de Janeiro num curso intensivo presencial. O projeto também fechou o ano com 203 inscritos no curso de desenvolvimento de games na plataforma Órbita.

INOVAÇÃO SOCIAL

Na área de Inovação Social, com objetivo de fortalecer o setor cultural e criativo brasileiro por meio de oportunidades de formação e conexão entre empreendedores e lideranças, o Oi Futuro desenvolveu dois programas de aceleração de negócios e organizações com perfil de impacto sociocultural. A segunda edição do MOVE_MT - convênio entre a Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso (SECEL/MT) e o Oi Futuro - concluiu a aceleração dos 20 selecionados, totalizando mais de 2,1mil horas de mentorias e capacitações em gestão, inovação, impacto social, comunicação, gestão financeira e captação de recursos. Dos participantes, cinco organizações foram premiadas com um intercâmbio no Oi Futuro e uma imersão no ecossistema criativo fluminense.

A quinta e última edição do Impulso, realizado pelo Instituto Ekloos em parceria com o Oi Futuro, beneficiou dez iniciativas fluminenses ao longo de nove meses de aceleração gratuita, com média de 118 horas de capacitações e mentorias individualizadas para cada iniciativa, totalizando quase 1,2mil horas de formação e capacitação. O Impulso é um programa realizado patrocínio da Oi e da Lei de Incentivo à Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Ao longo das cinco edições do projeto, foram acelerados 80 empreendedores da economia criativa.

INSTITUTO TELEMAR

Balancos patrimoniais

Em 31 dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023		Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3 e 4	27.445.255	30.344.076	Fornecedores de bens e serviços	10	253.942	115.495
Contas a receber	5	2.000	2.000	Obrigações trabalhistas e sociais	11	916.246	804.592
Adiantamentos a terceiros	6	61.768	27.477	Obrigações fiscais e tributárias	12	127.141	112.815
Créditos de funcionários		96.734	68.830	Recursos de projetos em execução	13	303.600	1.387.093
Tributos a recuperar		7.690	8.135			<u>1.600.929</u>	<u>2.419.995</u>
Despesas antecipadas	7	111.466	83.527				
Depósitos judiciais trabalhistas		13.134	-				
		<u>27.738.047</u>	<u>30.534.045</u>				
Não circulante				Patrimônio líquido			
Despesas antecipadas	7	6.684	1.175	Patrimônio social	14	30.142.593	33.774.779
Imobilizado	8	3.958.001	5.477.606			<u>30.142.593</u>	<u>33.774.779</u>
Intangível	9	40.790	181.948				
		<u>4.005.475</u>	<u>5.660.729</u>				
Total do ativo		<u><u>31.743.522</u></u>	<u><u>36.194.774</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>31.743.522</u></u>	<u><u>36.194.774</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO TELEMAR

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receitas operacionais			
Com restrição			
Recursos de leis de incentivo à cultura	15.1	1.380.791	785.082
Recursos de termos de parceria/colaboração	15.2	805.494	858.875
Receitas financeiras	16	46.982	141.247
		<u>2.233.267</u>	<u>1.785.204</u>
Sem restrição			
Receita de doações e contribuições de associados	15.3	6.163.846	5.608.000
Outras receitas de doações e contribuições	15.4	877.821	694.931
Receitas de atividades culturais	15.5	187.577	91.112
Receitas financeiras	16	2.399.520	2.802.523
		<u>9.628.764</u>	<u>9.196.566</u>
Custos dos serviços sociais e culturais prestados	17	(10.251.929)	(10.519.348)
Resultado bruto		<u>1.610.102</u>	<u>462.422</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(2.873.015)	(2.830.219)
Despesas tributárias	19	(69.398)	(38.691)
Depreciações e amortizações	8 e 9	(1.150.011)	(1.358.816)
Despesas financeiras	20	(10.192)	(9.153)
Outras receitas/despesas	21	(218.556)	30.230
		<u>(4.321.172)</u>	<u>(4.206.649)</u>
Déficit do exercício		<u>(2.711.070)</u>	<u>(3.744.227)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO TELEMAR

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Déficit do exercício	(2.711.070)	(3.744.227)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(2.711.070)</u>	<u>(3.744.227)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO TELEMAR

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit (Déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	37.519.006	-	37.519.006
Déficit do exercício	-	(3.744.227)	(3.744.227)
Incorporação do déficit do exercício ao patrimônio social	(3.744.227)	3.744.227	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	33.774.779	-	33.774.779
Ajustes retrospectivos (nota 8)	(921.116)	-	(921.116)
Saldos ajustados em 31 de dezembro de 2023	32.853.663	-	32.853.663
Déficit do exercício	-	(2.711.070)	(2.711.070)
Incorporação do déficit do exercício ao patrimônio social	(2.711.070)	2.711.070	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	30.142.593	-	30.142.593

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO TELEMAR

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Déficit do exercício	(2.711.070)	(3.744.227)
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	1.150.011	1.358.816
Valor residual do ativo imobilizado baixado	380.809	-
	(1.180.250)	(2.385.411)
Variação nos ativos circulantes:		
Contas a receber	-	358.000
Adiantamentos a terceiros	(34.291)	65.444
Créditos de funcionários	(27.904)	(19.629)
Tributos a recuperar	445	(74)
Despesas antecipadas	(27.939)	9.842
Depósitos judiciais trabalhistas	(13.134)	-
	(102.823)	413.583
Variação nos ativos não circulantes:		
Despesas antecipadas	(5.509)	3.524
	(5.509)	3.524
Variação nos passivos circulantes:		
Fornecedores de bens e serviços	138.447	(553.993)
Obrigações trabalhistas e sociais	111.654	35.298
Obrigações fiscais e tributárias	14.326	(5.308)
Fundos de projetos em execução	(1.083.493)	(503.396)
	(819.066)	(1.027.399)
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades operacionais	(2.107.648)	(2.995.703)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de Imobilizado	(70.779)	(8.524)
Obras em andamento	(694.934)	-
Aquisição de Intangível	(25.460)	-
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades de investimentos	(791.173)	(8.524)
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa - sem restrição	(1.787.399)	(2.530.929)
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa - com restrição	(1.111.422)	(473.298)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro - sem restrição	28.920.163	31.451.092
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro - com restrição	1.423.913	1.897.211
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	27.445.255	30.344.076

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

b) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Na data de autorização destas demonstrações contábeis, a Diretoria não adotou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não estão aplicáveis, como segue:

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após</u>
IAS 21/CPC 02 (R2)	Exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável	01/01/2025
IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza.	01/01/2026
IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48	Podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação	01/01/2026
IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotaís na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil	01/01/2027
IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública	Permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19	01/01/2027

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Bancos conta movimento - recursos sem restrição	233.094	193.996
Aplicações de liquidez imediata - recursos sem restrição (i)	26.899.670	28.726.167
	<u>27.132.764</u>	<u>28.920.163</u>

INSTITUTO TELEMAR

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

- (i) A fim de remunerar sua disponibilidade, a Entidade busca alocar seu recurso em produtos bancários de aplicação financeira de baixo risco e com liquidez imediata, podendo ser negociados por prazos determinados em contrapartida ao aumento significativo de sua rentabilidade. As aplicações financeiras correspondem a Cotas do Fundo de Investimento Multimercado Paraty administrado pela Sul América Investimentos DTVM S/A e são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Sul América Investimentos DTVM S/A	26.899.670	28.726.167

4. Recursos vinculados a projetos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Bancos conta movimento - recursos com restrição (i)	46.253	12.137
Aplicações de liquidez imediata - recursos com restrição (ii)	266.238	1.411.776
	<u>312.491</u>	<u>1.423.913</u>

- (i) Referem-se a recursos depositados em conta bancária específica com restrição de movimentação decorrente de projetos em execução: projeto Plano Anual de atividade dos Futuros Arte e Tecnologia 2024 (PRONAC 233524) e projeto NAVE em Órbita (WAC999/01/2023):

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Banco do Brasil S/A	46.253	12.137

- (ii) Referem-se a aplicações financeiras decorrentes das disponibilidades dos recursos mencionados em (i):

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Banco do Brasil S/A	266.238	1.411.776

5. Contas a receber

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Outras contas a receber	2.000	2.000

INSTITUTO TELEMAR

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

6. Adiantamentos a terceiros

	2024	2023
Adiantamento Facebook (i)	38.366	4.546
Outros adiantamentos	23.402	22.931
	61.768	27.477

- (i) Refere-se a antecipação de mídia online com o fornecedor Facebook para garantir a continuidade e a consistência da implementação da estratégia de comunicação digital do Instituto. Através do Facebook é possível planejar o impulsionamento e a segmentação de nossos conteúdos.

7. Despesas antecipadas

	2024	2023
Prêmios de seguros a apropriar	53.984	41.521
Software a apropriar (i)	31.424	11.704
Outras despesas a apropriar	32.742	31.477
	118.150	84.702
Circulante	111.466	83.527
Não circulante	6.684	1.175

- (i) Refere-se ao software de sistema de gestão ERP WK Radar utilizado para Compras e Gestão Financeira do Instituto. O software é amortizado de acordo com o seu tempo de licença em uso.

8. Imobilizado

	Taxa de Depreciação	Valor líquido em 2022	Em 31 de dezembro 2024				Valor líquido em 2023
			Adições	Baixas	Ajustes retrospectivos (*)	Depreciação Acumulada	
Edificações	4%	312.971	30.675	-	-	(31.423)	312.223
Máquinas e equipamentos	10%	3.742.356	2.250	(287.364)	-	(770.425)	2.686.817
Computadores e periféricos	20%	203.748	10.709	(57.413)	-	(101.037)	56.007
Móveis e utensílios	10%	277.448	27.145	(36.032)	-	(60.541)	208.020
Benfeitorias em imóveis de terceiros (**)		941.083	-	-	(921.116)	(19.967)	-
Obras em andamento		-	694.934	-	-	-	694.934
		5.477.606	765.713	(380.809)	(921.116)	(983.393)	3.958.001

	Taxa de Depreciação	Valor líquido em 2022	Em 31 de dezembro 2023				Valor líquido em 2023
			Adições	Baixas	Transferências	Depreciação Acumulada	
Edificações	4%	344.392	-	-	-	(31.421)	312.971
Máquinas e equipamentos	10%	4.570.407	-	-	-	(828.051)	3.742.356
Computadores e periféricos	20%	361.531	8.524	-	-	(166.307)	203.748
Móveis e utensílios	10%	352.107	-	-	-	(74.660)	277.447
Benfeitorias em imóveis de terceiros (**)		988.442	-	-	-	(47.358)	941.084
		6.616.879	8.524	-	-	(1.147.797)	5.477.606

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

(*) Em maio de 2024, a fim de garantir o seu efetivo controle e manutenção, a Administração da entidade determinou a execução de inventário físico de seus bens patrimoniais com a devida atualização do sistema informatizado de controle patrimonial (módulo do ERP WK Radar). Procedimento administrativo com equipe própria com o objetivo de: 1) Localizar, avaliar, identificar e registrar detalhadamente (número de registro, descrição, data e valor de aquisição, data de início e local de uso, conta contábil e taxa de depreciação) no sistema de controle patrimonial todos os bens da entidade; 2) Dar destino aos bens considerados inservíveis; 3) Dar conformidade aos valores históricos e de depreciação contabilizados no Ativo Imobilizado da entidade. O processamento dos dados dos bens em condições de uso pelo sistema de controle patrimonial com as taxas de depreciação/amortização acima indicadas e o respectivo confronto com os saldos da contabilidade da entidade indicaram a necessidade dos seguintes ajustes retrospectivos:

		Saldos Contábeis	Saldos Patrimônio	Ajuste
Beneitorias em imóveis de terceiros (**)				
1.2.2.20.10	Valor original	1.183.909	1.183.909	-
1.2.2.20.23	(-) Depreciação	(262.793)	(1.183.909)	(921.116)
	Valor líquido	921.116	-	(921.116)

(**) Ao revisar o contrato de comodato e seus aditivos realizados com o proprietário dos imóveis, a Administração constatou que não havia previsão de indenização decorrente de obras de melhorias neles realizados. Assim sendo, no processamento do sistema patrimonial utilizou a taxa de 20% a título de amortização em substituição à taxa de 4% (depreciação).

9. Intangível

		Em 31 de dezembro de 2024			
	Saldo líquido em 2023	Adições	Transferências	Amortização 20% ao ano	Saldo líquido em 2024
Softwares	181.948	25.460	-	(166.618)	40.790
	181.948	25.460	-	(166.618)	40.790
		Em 31 de dezembro de 2023			
	Saldo líquido em 2022	Adições	Transferências	Amortização 20% ao ano	Saldo líquido em 2023
Softwares	392.967	-	-	(211.019)	181.948
	392.967	-	-	(211.019)	181.948

10. Fornecedores de bens e serviços

	2024	2023
Fornecedores de bens e materiais de consumo	900	-
Prestadores de serviços a pagar	170.718	44.589
Outras contas a pagar	82.324	70.906
	253.942	115.495

INSTITUTO TELEMAR

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

11. Obrigações trabalhistas e sociais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Salários e ordenados a pagar	172.418	173.668
Provisão de férias e encargos	544.121	512.968
Pensão alimentícia a pagar	4.135	3.988
FGTS a pagar	31.840	29.053
Previdência social a pagar/recolher	158.548	81.283
PIS a pagar	5.184	3.632
	<u><u>916.246</u></u>	<u><u>804.592</u></u>

12. Obrigações fiscais e tributárias

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
IRPF a recolher (assalariados)	110.639	94.446
IRRF PJ a recolher	1.182	1.676
Cofins/CSLL/Pis a recolher	4.821	5.417
ISSRF a recolher	606	246
Outras obrigações fiscais e tributárias	9.893	11.030
	<u><u>127.141</u></u>	<u><u>112.815</u></u>

13. Recursos de projetos em execução

Refere-se aos saldos apurados do Plano Anual de Atividades do Futuros - Arte e Tecnologia 2024 (PRONAC 233524) e Projeto Nave em Órbita (WAC999/01/2023).

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Termo de Colaboração nº 2700-2022	-	990.720
Lei Federal de Incentivo à Cultura - Pronac 193597	-	396.373
Lei Federal de Incentivo à Cultura - Pronac 233524	41	-
Lei Municipal de Incentivo à Cultura - Nave em Órbita	303.559	-
	<u><u>303.600</u></u>	<u><u>1.387.093</u></u>

14. Patrimônio líquido

14.1. Patrimônio social

O patrimônio social incorpora os resultados apurados em cada exercício, as doações de bens patrimoniais e os ajustes decorrentes de retificação de erros imputáveis a determinados exercícios anteriores não atribuídos a fatos subsequentes.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)**

15. Resultado bruto

Registra os recursos recebidos provenientes de doações e contribuições de seus associados, de outras pessoas físicas e jurídicas e de receitas resultantes de suas atividades culturais, deduzidas de impostos e contribuições sobre elas incidentes e os recursos recebidos e utilizados de convênios firmados com órgãos públicos e de leis de incentivo.

15.1. Recursos de leis de incentivo à cultura

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lei Federal de Incentivo à Cultura (i)		
Pronac 193597	60.194	785.082
Pronac 233524	1.067.548	-
Lei Municipal de Incentivo à Cultura (ii)	253.049	-
	<u>1.380.791</u>	<u>785.082</u>

- (i) Execução do projeto Museu das Telecomunicações - Tratamento de Acervo e Projeto Especial de Democratização de Acesso - Fase 5 (PRONAC 193597)
Execução do Plano Anual de Atividades do Futuros - Arte e Tecnologia 2024 (PRONAC 233524)
- (ii) Execução do Projeto Nave em Órbita (WAC999/01/2023)

15.2. Recursos de termos de parceria/colaboração

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Convênio de Cooperação Técnica - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer - Mato Grosso - Termo de colaboração nº 2700-2022	805.494	858.875

15.3. Receita de doações e contribuições de associados

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
OI S.A - Em Recuperação Judicial	6.163.846	5.608.000

Seguindo o planejamento orçamentário aplicado pela Mantenedora, as doações não se alteraram significativamente em relação ao exercício anterior.

15.4. Outras receitas de doações e contribuições

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Associação do Conselho Britânico	-	96.800
Instituto Telles (i)	876.324	597.846
Outras doações e contribuições	1.497	285
	<u>877.821</u>	<u>694.931</u>

INSTITUTO TELEMAR

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

(i) Parceria para projeto Aliança NAVE.

15.5. Receitas de atividades culturais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Espaço Cultural OI Futuro - Bilheteria Teatro	203.942	99.040
(-) Impostos (ISS)	(10.271)	(4.957)
(-) Contribuições Sociais (COFINS)	(6.094)	(2.971)
	<u><u>187.577</u></u>	<u><u>91.112</u></u>

16. Rendimentos financeiros

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Com restrição		
Rendimentos de aplicações financeiras	56.341	155.943
(-) Imposto de renda s/ rendimentos de aplicações financeiras	(9.359)	(14.696)
	<u><u>46.982</u></u>	<u><u>141.247</u></u>
Sem restrição		
Descontos obtidos	12	1
Renda de aluguéis e arrendamentos	192.897	45.226
(-) COFINS s/ renda de aluguéis e arrendamentos	(7.653)	(1.357)
Rendimentos de aplicações financeiras	2.916.670	3.638.002
(-) Imposto de renda s/ rendimentos de aplicações financeiras	(583.167)	(727.953)
Variação monetária ativa	26	421
(-) COFINS s/ receitas financeiras	(119.265)	(151.817)
	<u><u>2.399.520</u></u>	<u><u>2.802.523</u></u>

17. Custos dos serviços sociais e culturais prestados

Registra os gastos vinculados à execução dos programas da área de Educação, Cultura e Inovação Social, seguindo o propósito de conectar e impulsionar pessoas e organizações para a construção de novos futuros para todos e todas, por meio do estímulo à inovação e ao uso criativo das novas tecnologias digitais.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Cultura	(4.355.311)	(4.590.862)
Educação	(4.417.456)	(4.395.141)
Inovação Social	(1.479.162)	(1.533.345)
	<u><u>(10.251.929)</u></u>	<u><u>(10.519.348)</u></u>

INSTITUTO TELEMAR

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

Ao longo do ano mantivemos relevância nos programas e projetos através de parcerias sustentáveis e redes de colaboração, sempre com a missão de ampliar o impacto de nossa atuação.

18. Despesas gerais e administrativas

Registra as despesas realizadas pelo Instituto Telemar na execução de seus objetivos estatutários.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas de pessoal com vínculo empregatício		
Salários e outros proventos	(1.322.545)	(1.249.101)
Encargos sociais (i)	(401.166)	(353.577)
Benefícios e outras despesas de pessoal (ii)	(231.575)	(244.573)
(-) Participação dos colaboradores	69.925	46.005
	<u>(1.885.361)</u>	<u>(1.801.246)</u>
Despesas de pessoal sem vínculo empregatício (iii)	(13.376)	(13.680)
Outras despesas gerais e administrativas e de infra estrutura (iv)	(974.278)	(1.015.293)
	<u>(2.873.015)</u>	<u>(2.830.219)</u>

- (i) Referem-se à contribuição previdenciária patronal, FGTS e PIS;
- (ii) Referem-se à condução urbana, alimentação, seguro de vida em grupo, planos de assistência médica e odontológica, auxílio-farmácia, auxílio-creche, plano de previdência privada e treinamento/aperfeiçoamento profissional;
- (iii) Referem-se a estagiários e serviços de autônomos incluindo contribuição previdenciária patronal;
- (iv) Referem-se a despesas como: consultoria em informática, consultorias técnicas, manutenções patrimoniais, programação e eventos, contas de consumo, seguros, condução e lanches, diárias e outras despesas de viagem, material de consumo e expediente, contribuições a entidades de classe, transportes e fretes, serviços gráficos, bens de pequeno valor.

19. Despesas tributárias

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Impostos, taxas e contribuições federais	(464)	(117)
Impostos, taxas e contribuições estaduais	(35.477)	(16.368)
Impostos, taxas e contribuições municipais	(33.457)	(22.206)
	<u>(69.398)</u>	<u>(38.691)</u>

INSTITUTO TELEMAR

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

20. Despesas financeiras

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Comissões e despesas bancárias	(10.083)	(8.792)
Juros e multas de mora	(109)	(361)
	<u>(10.192)</u>	<u>(9.153)</u>

21. Outras receitas/despesas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Perdas na alienação de bens do ativo imobilizado	(347.929)	-
Outras receitas (i)	131.873	30.256
Outras despesas	(2.500)	(26)
	<u>(218.556)</u>	<u>30.230</u>

- (i) Referem-se: 2024 - a indenização por acordo judicial entre o Oi Futuro, Somar 02 Empreendimentos Ltda; Opportunity Fundo de Investimento Imobiliário, referente avanço no terreno do imóvel do Centro Cultural (processo nº 0296469-92.2018.8.19.0001) e à apropriação do custo do plano de assistência médica dos colaboradores da Entidade pago pelo Sócio Mantenedor; 2023 - apropriação do custo do plano de assistência médica dos colaboradores da Entidade pago pelo Sócio Mantenedor; A entidade determinou a execução do inventário físico a fim de garantir o seu efetivo controle de bens patrimoniais.

22. Provisão para contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. A Entidade deixou de constituir provisão para eventual perda em ações de natureza trabalhista e cível de que é parte, uma vez que eventuais passivos delas decorrentes deverão ser suportados pelos seus associados mantenedores.

23. Instrumentos financeiros - gerenciamento de riscos

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à atividade econômica da entidade, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo, contas a receber e contas a pagar. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

Durante os exercícios de 2024 e 2023, a entidade não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

As informações abaixo apresentam resumo sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos supramencionados, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital.

23.1. Estrutura do gerenciamento de risco

A Entidade avalia os riscos nos seus instrumentos financeiros e define quais são os limites apropriados e aceitáveis considerando as suas operações e objetivos.

23.2. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de déficit financeiro da entidade caso uma contraparte em qualquer dos instrumentos contratuais falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos seus recebíveis. Historicamente a entidade não tem sofrido perdas relevantes decorrentes da falta de cumprimento de obrigações financeiras com as suas contrapartes.

Exposição a riscos de crédito

A exposição máxima do risco do crédito da entidade na data das demonstrações contábeis está assim demonstrada:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	27.132.764	28.920.163
Contas a receber (nota 5)	2.000	2.000
Adiantamentos a terceiros (nota 6)	61.768	27.477
Créditos de funcionários	96.734	68.830
	<u>27.293.266</u>	<u>29.018.470</u>

A Entidade, quando necessário, estabelece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de despesas a incorrer com as contas a receber. Essa provisão é calculada considerando o risco específico relacionado a exposições individuais.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)**

23.3. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade. A tabela a seguir apresenta os saldos dos ativos e passivos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial da Entidade:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativos mensurados pelo valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	27.132.764	28.920.163
Ativos mensurados pelo custo amortizado		
Contas a receber (nota 5)	2.000	2.000
Adiantamentos a terceiros (nota 6)	61.768	27.477
Créditos de funcionários	96.734	68.830
	<u><u>27.293.266</u></u>	<u><u>29.018.470</u></u>
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Passivos mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores de bens e serviços (nota 10)	253.942	115.495
Obrigações trabalhistas e sociais (nota 11)	916.246	804.592
Obrigações fiscais e tributárias (nota 12)	127.141	112.815
	<u><u>1.297.329</u></u>	<u><u>1.032.902</u></u>

23.4. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros das aplicações financeiras, têm nos ganhos auferidos em função do seu portfólio ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. A entidade administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em fundos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de primeira linha.

24. Remuneração dos Administradores

O estatuto social da Entidade possui previsão de remuneração dos membros do Conselho Gestor e da Diretoria Executiva, respeitados, os valores praticados pelo mercado.

INSTITUTO TELEMAR**Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)****25. Cobertura de seguros (não auditado)**

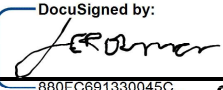
A Entidade possui cobertura de seguros sobre os bens do ativo imobilizado, considerados pelos seus gestores, em montante suficiente para cobrir eventuais sinistros.

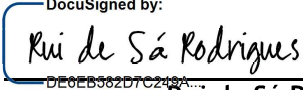
Cobertura básica	Cobertura Limite de indenização
Incêndio, inclusive decorrente de tumultos, queda de raio, explosão de qualquer natureza, implosão (Garantia Básica) e queda de Aeronave e quaisquer outros Engenhos Aereos	22.150.087
Cobertura	Limite de indenização
Tumultos, greves e lock-outs	500.000
Danos elétricos	500.000
Roubo e/ou furto qualificado de bens	500.000
Equipamentos eletrônicos sem roubo	1.000.000
Recomposição de registros e documentos	500.000
Alagamento e/ou inundações	1.500.000

As premissas de risco adotadas, dada suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores do Instituto.

26. Eventos subsequentes

Não ocorreram até 18 de março de 2025, data em que a Diretoria autorizou a a sua emissão, eventos que pudessem alterar de forma significativa estas Demonstrações Contábeis, bem como as operações da Entidade.

DocuSigned by:

 880FC691330045C...
Sara Crosman
 Presidente
 CPF 983.705.457-34

DocuSigned by:

 DCEB382D7C248A...
Rui de Sá Rodrigues
 Contador CRC/RJ 075.440/0-8
 CPF 601.955.417-15



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Srs. Membros da Assembleia Geral:

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do **INSTITUTO TELEMAR** e de acordo com as disposições legais e estatutárias vigentes, examinamos o Relatório Anual e as Demonstrações Contábeis apresentados pela Diretoria referente ao exercício encerrado em **31 de dezembro de 2024**. Com base nas análises efetuadas e no Parecer dos Auditores Independentes, somos de opinião que os referidos documentos merecem a aprovação dos senhores membros da Assembleia Geral.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2025.

DocuSigned by:
Mariana Mesquita da Cruz
CC374B54A6BA43D...
Mariana Mesquita da Cruz
Conselheiro Efetivo

Assinado por:
Ricardo Goulart
4475145ABA534A2...
Ricardo Goulart
Conselheiro Efetivo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores do
Instituto Telemar
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto Telemar (“Entidade”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto Telemar**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros (NBC TG 07) e interpretação técnica geral - ITG 2002.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional da Sócia mantenedora Oi S.A. (Em Recuperação Judicial)

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 1 às demonstrações contábeis, que descreve que em 1 de março de 2023, a Fundadora, em conjunto com suas subsidiárias ajuizaram novo pedido de recuperação judicial perante o Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (“Juízo da Recuperação Judicial”), em caráter de urgência e *ad referendum* da Assembleia Geral da Sócia Fundadora, cujo processamento foi deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial em 16 de março de 2023 (“Nova Recuperação Judicial”).

A Nova Recuperação Judicial foi reconhecida pela Suprema Corte de Justiça da Inglaterra e País de Gales, em 28 de março de 2023 e, em 17 de junho de 2024, pela Corte de Falência dos Estados Unidos no âmbito do procedimento do *Chapter 15*.

Os créditos concursais sujeitos à Nova Recuperação Judicial, oriundos de fatos geradores anteriores ao pedido de Recuperação Judicial, ou seja, anteriores a 1 de março de 2023, tiveram os tratamentos previstos no Novo Plano de Recuperação Judicial das Requerentes aprovado pelos Credores Concurtais em Assembleia Geral de Credores (“AGC”), iniciada em 18 de abril de 2024 e finalizada em 19 de abril de 2024, e posteriormente homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial, por meio de sentença publicada no Diário Judicial Eletrônico de 29 de maio de 2024 (“Novo PRJ” e “Data da Homologação”, respectivamente).

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024 foram preparadas sob o pressuposto da continuidade normal de suas operações e do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial de sua Sócia Mantenedora e não incorporam quaisquer ajustes contábeis que seriam necessários na hipótese de uma descontinuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Responsabilidade da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros (NBC TG 07) e interpretação técnica geral - ITG 2002, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2025.